



PRÁTICAS ESCOLARES NO INSTITUTO FERREIRA VIANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Viviane de Oliveira Aieta
viviane.aieta@gmail.com¹
(UFRJ)

Resumo

O foco deste estudo foi tentar identificar exemplos de práticas escolares, nas fontes documentais históricas do Instituto Ferreira Viana, no início do século XX. Dessa feita, nos arriscamos a problematizar e desnaturalizar o próprio conceito como invenção do nosso cotidiano. Primeiramente, abordamos a utilização de dispositivos de poder disciplinar e a multiplicidade de potenciais vigilantes no interior da escola. Num segundo momento, tratamos das práticas de desligamentos, transferências, bem como, a resistência, a evasão e a fuga de alunos da instituição. E por último, procuramos discutir as práticas que contribuem para a legitimação de diferentes campos do saber e as classificações de crianças em categorias de anormalidade. Nessa direção, procuramos fazer uma leitura desnaturalizando o conceito, procurando localizar alguns vestígios das táticas inventadas, pelos alunos e suas famílias, em detrimento das práticas dos professores, inspetores, diretores e funcionários da escola. Pudemos concluir nesse estudo que, mesmo submetidos aos dispositivos de poder e a multiplicidade de potenciais vigilantes, alguns, alunos do Instituto Ferreira Viana, encontraram formas inventivas de burlar a imposição da cultura escolar e a rede de práticas de constrangimentos e sujeição ali vivenciadas.

Palavras-chave: Práticas Escolares. Cotidiano. Instituto Ferreira Viana.



Foto da fachada do prédio do “Instituto Ferreira Vianna” (s/d).
Fonte: Centro de Memória Ferreira Viana.

Introdução

O presente trabalho pretende, ainda que exploratoriamente, discutir as práticas escolares no Instituto Ferreira Viana, antiga Casa de São José, no início do século XX, no Distrito Federal. A Casa de São José foi inaugurada, em agosto de 1888, pelo então, Ministro da Justiça Ferreira Viana, com

¹ Aluna do 7º Período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista PIBIAC (2011).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

o intuito de abrigar, cuidar, alimentar e educar crianças pobres, órfãs da Capital Federal. Esta experiência científica de pesquisa coordenada pela Professora Irma Rizzini², descortina a primeira tentativa de diálogo entre as fontes históricas documentais, encontradas no acervo desta instituição, conhecida atualmente, como Escola Técnica Estadual Ferreira Viana (rede FAETEC), localizada na Rua General Canabarro, 291, bairro Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro.

Não pretendemos fazer um estudo sobre a História da instituição, apesar de sua importância para a História da Educação; procuramos delimitar nossa análise investigativa acerca das práticas escolares no interior da escola. Nosso intuito é apenas problematizar o próprio conceito de prática escolar, que vem sendo discutido pelos historiadores da Educação de nossos tempos, tentando identificar um conjunto de práticas escolares no cotidiano do Instituto Ferreira Viana. Uma aproximação que poderia ser interessante para a análise investigativa é a desnaturalização do próprio conceito, visto que categorias históricas são também inventadas no cotidiano dos sujeitos sociais de seus tempos. Todavia, procuramos refletir sobre as práticas cotidianas que “estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos procedimentos” (CERTEAU, 1994, p.109).

Diante dessas ponderações e da dificuldade em delimitar o conceito como um grande conjunto, é que convidamos os nossos leitores a adentrar nessa reflexão, nos afastando de qualquer forma de naturalização do grande conjunto de práticas desta escola. Esse caminho teórico-metodológico foi apresentado pelo Professor José Cláudio Sooma da Silva, na disciplina História da Educação do Mundo Ocidental em 2011, no primeiro período do curso de graduação em Pedagogia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse modo de olhar para os documentos históricos, nos permitiu diferentes aproximações e interlocuções com o nosso objeto de análise, revelando uma dimensão complexa de práticas difusas no interior desta instituição.

² Este trabalho, coordenado por Irma Rizzini, faz parte do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES/UFRJ/FE): O "Centro de Memória Ferreira Viana: documentação, ensino e infância trabalhadora no Rio de Janeiro (1888-1942)" que é um desdobramento do Projeto de documentação Histórica Arquivo Asilo de Meninos Desvalidos e Casa de São José: documentação, ensino e infância trabalhadora (1874-1933), e, contou com o apoio do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC/UFRJ).

*Agradecimento especial pelas contribuições da Profa. Doutoranda Mariza da Gama Leite de Oliveira e a orientação da Profa. Irma Rizzini nesse estudo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Com um olhar crítico e de estranhamento para as fontes documentais, utilizamos também como método de investigação uma análise “detalhista, labutando na direção de um trabalho de decifração de pistas, tal como faz um detetive cuidadoso” (ABREU JR., 2005, p.148). Priorizando a micro análise, é que buscamos identificar rastros e indícios do cotidiano desta escola centenária, que apontam para um “repertório de atividades sociais específicas de natureza escolar que professores, alunos, os outros profissionais da escola e ainda os responsáveis e a comunidade envolvida nessa cultura realizam nesse âmbito” (idem, p.145).

Nesse movimento, Jacques Revel (1998) nos ajudou a apreender a dimensão desta relação entre o micro e o macro, bem como a importância da variação das escalas para a análise empírica. Assim, procuramos observar esta escola como um espaço atravessado por lutas e conflitos uma rede de relações, negociações, representações, intenções e apropriações dos sujeitos. Sabemos que os documentos históricos não falam por si; eles têm historicidade e a “cada momento, este mundo é o que é: que suas práticas e seus objetos sejam raros, que haja vazio em volta deles, isso não quer dizer que haja, em derredor, verdades que os homens ainda não apreenderam” (VEYNE,1998, p.274). Contudo, entendemos que o trabalho do pesquisador/historiador, não deve ser um trabalho de compilação de documentos, mas de reflexão e problematização das fontes, num constante exercício de respeito àqueles que agiram de acordo com as dificuldades e necessidades impostas em seus tempos presentes.

Destarte, investigamos as seguintes fontes documentais³ deste acervo escolar, com o intuito de localizar nos documentos exemplos de práticas escolares no Instituto Ferreira, marcadas pelo

³ Localizamos também no acervo da escola um curioso rascunho, sem data, intitulado “Esboço Ferreira Viana” que nos trouxe muitos questionamentos sobre possíveis práticas escolares difusas desta instituição. O documento mostra que o nome “Casa de São José” substituiu logo o nome do “Azilo São José”, sendo inaugurada no dia 9 de agosto de 1888. Ferreira Viana, seu conservador, fora nomeado Ministro da Justiça em 10 de março de 1888, entregando a guarda ao pernambucano Rosa e Silva, em 5 de Janeiro de 1889. O primeiro diretor, não foi logo nomeado, ficando a administração entregue às irmãs de caridade da Ordem de São Vicente de Paula, tendo à frente dos trabalhos administrativos, a Irmã Josefa Chantrel, Superior. Em outubro de 1888, apareceu o Sr. J. Pires Brandão dando ordem e recebimento das correspondências como diretor da casa. Procuramos transcrever o conteúdo deste documento e os asteriscos foram utilizados quando a letra ilegível nos impossibilitou a sua transcrição: “Em junho de 1905, foi mandado entregar ao Instituto profissional Masculino copioso material da instrução militar: armamentos, cinturões, talins, caixas, cornetas, (*) da banda, etc., pelo que o Instituto pagou à Casa de São José a importância de 10.600 cruzeiros (...). No govêrno Passos, este agiu (*) - mandava matricular e, (*) matriculas, êle, (*) independentemente das leis.” É digno de nota, que a ausência da autoria e data, além, da letra ilegível, dificultam a análise empírica desses fatos históricos. Como não desejamos fazer uma leitura apressada dos achados, neste documento,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

contexto histórico do início do século XX: o livro de matrículas de alunos (1910-1911); cópias de ofícios expedidas para o Diretor de Instrução Pública, Antônio Carneiro Leão (1925-1926); e uma relação de menores considerados “anormais” da escola anexa ao Instituto Ferreira Viana de 1925 – 1ª Escola Masculina do 6º Distrito Escolar.

Para a análise das fontes documentais, tomamos como base o referencial teórico-metodológico das discussões do grupo de pesquisa em História da Educação coordenado pela Profa. Irma Rizzini e as aulas de História da Educação do Mundo Ocidental. Bem como, os trabalhos de Abreu Júnior (2005), Certeau (1994), David (2010), Müller, (2005), Revel (1998), Rizzini (2000), Silva (2007) e Veyne (1998), autores que contribuíram para a formulação de questões e a compreensão do tema proposto.

Inicialmente, o trabalho privilegia a discussão em torno das práticas de apropriação dos dispositivos de poder e a multiplicação de potenciais vigilantes. Num segundo momento, discutimos alguns casos de desligamentos, transferências, resistências, evasão e fuga de alunos. E, finalmente, discutimos as práticas que contribuem para a legitimação de diferentes campos do saber e a classificação de crianças em categorias de anormalidade.

Vale ressaltar que esta é uma abordagem apenas preliminar e não tem o intuito de esgotar a discussão acerca do tema. Apesar das lacunas e limitações, esperamos que este trabalho possa contribuir de alguma forma, para o campo da História da Educação e ajude a problematizar conceitos que vem sendo discutidos pelos historiadores, recentemente, acerca das práticas escolares, além de preencher algumas lacunas na historiografia de homens, mulheres e crianças; sujeitos escolares que deixaram indícios e rastros que precisam ser reconstruídos.

esperamos que futuros estudos possam fazer uma análise mais sistemática das práticas de circulação e venda de materiais da instrução militar da Casa de São José para o Instituto Profissional João Alfredo. Todavia, o que mais nos chamou atenção neste documento, foram os registros insinuando que Pereira Passos, mandava matricular alunos “independentemente das leis”.

2251





Apropriação dos dispositivos de poder e multiplicação de potenciais vigilantes

Silva (2007) nos ajudou a perceber a expansão das práticas na sociedade, a multiplicação do número de circunstâncias de poder e de potenciais vigilantes do cotidiano, trazendo a lume, a visibilidade, como “dispositivo importante para o entrelaçamento (encontro) do poder com o saber” dentro das relações estabelecidas na sociedade disciplinar. Com um olhar sensibilizado para as práticas da sociedade disciplinar e para a “transitoriedade característica das relações de poder como elemento imprescindível” para o cotidiano, o seu trabalho nos ajudou a questionar algumas práticas no Instituto Ferreira Viana no início do século XX.

O desafio foi tentar perceber como os sujeitos escolares se apropriavam dos dispositivos de poder, e de que modo eles lidavam com a multiplicação dos potenciais vigilantes nos espaços escolares. Todavia, o mesmo autor nos convida a pensar no poder como algo positivo, “não como propriedade, mas como relação”, ou seja, como uma rede de relações que funciona de cima para baixo, mas também de baixo para cima, “(...) e lateralmente; essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados.” (FOUCAULT, 2005, apud SILVA, 2007, p.21).

Vejamos abaixo a transcrição⁴ de uma cópia de ofício de n.24, que foi encaminhado pelo Diretor Silveira Lobo, em 3 de março de 1925, para Carneiro Leão, então Diretor Geral de Instrução Pública. Esse documento histórico nos ajuda a ilustrar alguns exemplos de como as relações escolares são sustentadas por redes de poder e saber, que circulam em todas as direções sustentadas e apoiadas umas sobre as outras, revelando práticas difusas no cotidiano escolar.

3 de Março de 1925

Sr. Dr. Director Geral de Instrução Publica

Em resposta ao vosso officio n.69 de 21 do p. passado mez, tenho a vos informar que o menor L. C., evadido deste Instituto no dia 4 do ultimo mez, não deixou ficha, nem photographia. Por informações das Sras. Inspectoras, soube, porem, que se trata de um menor de desenvolvimento normal para a idade que tem (10 annos), branco, olhos castanhos e cortados a machnia 1.

⁴ Procuramos transcrever todos os documentos na íntegra, respeitando a ortografia da época e mantendo os erros da escrita. Entretanto, optamos pelo uso das iniciais dos nomes das crianças e suas famílias.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Acredito que esses signaes são por demais defficientes para orientar a policia em sua captura, porem como vos informei no meu officio 16 de 11 ultimo, o mesmo menor L. C., foi induzido, a fugir deste estabelecimento pelo seu irmão, residente na rua da Lapa n.3 sobrado. Tendo sido communicada a fuga do menor a esse rapaz e a Sra. A. C., residente a rua Carmo Netto n.302 (senhora que requereu a admissão do menor neste asylo se diz sua madrastra), essas pessôas até hoje não tem manifestado inquietação nem procurado neste estabelecimento, para saber noticias do menor evadido, fazendo acreditar que teem interesse na retirada do menor deste Instituto, por processo menor lícitos; quando fácilimo seria retiral-o por meio de uma carta; por isso acho que a policia deve agir em torno dessa pessôas para encontrar o menor.

Em relação ao vosso officio n.71 de 11 ultimo, cumpre-me dizer-vos que a fuga do menor L. C., deu-se da maneira seguinte: Quando seguiam em turmas os menores para o refeitório, para o jantar, alguns alumnos sahiram da forma, a pretexto de irem as reservadas; dirigindo-se para os fundos do estabelecimento os menores L. C. e o outro- (que já regressou), servindo-se dos ombros de outros collegas como escada, pularam o muro e se evadiram.

Servindo-se a refeição, foi, então notada a falta de dois menores, e deram-se inicio as providencias para a captura de ambos como vos fiz ver em meu officio acima referido e que infelizmente só deram resultado quanto a um dos menores.

Tendo o facto, se passado como vos acabo de relatar, quando todas as Sras Inspetoras conduziam os menores ao refeitório, como se poderá definir a qual dellas cabe a responsabilidade pela fuga dos menores?

Alem disso, o Sr. Dr. Director, n’um estabelecimento nas condições deste Instituto; com o pessoal que tem e abrigando a quantidade de menores que asyla, é difficilimo apurar a responsabilidade de um funcionario em casos semelhantes ao presente, e, quase impossível evitar que um alumno a pretexto de beber água, ir a reservada, tome outra direcção e galgue o muro, - que é relativamente baixo, e evada-se.

Saudações

O Director

Percebemos que o diretor Silveira Lobo, ao informar o caso da fuga dos alunos para o Diretor Geral de Instrução Pública, reconheceu o quanto seria difícil apurar a responsabilidade de um funcionário em casos como esse, reconhecendo também que seria quase impossível evitar a fuga de alunos, por conta da altura do muro, que era relativamente baixa. Os alunos conseguiram fugir, enquanto as turmas seguiam para o refeitório; no jantar “alguns alumnos sahiram da forma, a pretexto de irem as reservadas; dirigindo-se para os fundos do estabelecimento servindo-se dos ombros de outros collegas como escada, pularam o muro e se evadiram”. Essa fuga que foi planejada por L. C e N. C, contou com a ajuda dos companheiros, mas as inspetoras nada perceberam; deram falta dos alunos somente quando serviam as refeições. Elas eram





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

encarregadas da disciplina, da higiene e da ordem do estabelecimento, deviam acompanhar e vigiar os alunos no pátio e durante as refeições, mas eram também, efetivamente, fiscalizadas e submetidas à vigilância do diretor do estabelecimento.

Vale destacar que o Diretor Geral de Instrução Pública, na lógica hierárquica do poder, sujeitava e exigia explicações do Diretor⁵ do Instituto Ferreira Viana, acerca dos casos de fuga, e ainda, estimulava a participação do Diretor sob a forma de potencial vigilante. Em contrapartida, o Diretor submetia as inspetoras do estabelecimento ao poder disciplinador, sujeitando e exigindo explicações das fugas dos asilados, que por sua vez, eram sujeitadas, “por uma lógica do poder e de saber que tanto os obriga a obedecer quanto, em concomitância, estimula que participem sob a forma de vigilantes (SILVA, 2007, p.24). Entretanto, seria muito difícil para o diretor apurar a responsabilidade das inspetoras, admitindo que seria impossível evitar as fugas dos alunos. Podemos concluir que o poder disciplinar não é absoluto; essa rede de relações se sustenta e o poder pode ser burlado, por vários sujeitos escolares, pelas famílias, inclusive pelos alunos”.

Desligamentos, transferências, resistências, evasão e fuga de alunos da instituição.

Para a compreensão das práticas do cotidiano desta instituição, procuramos questionar se os desligamentos, as transferências, as resistências, a evasão e as fugas de alunos, poderiam fazer parte de um conjunto de práticas escolares. Partindo da análise do livro de matrículas dos alunos (1910-1911), suspeitamos que essa resposta seja afirmativa. Neste documento, embora o nome do funcionário que preencheu os dados deste livro de matrículas não possa ser ainda identificado, pudemos notar a tentativa de classificação de alunos na catalogação dos dados pessoais dos asilados, como por exemplo: nº da matrícula, nº da ordem, nome, filiação⁶, idade, cor, naturalidade, vacinado (sim ou não), pré-vacinado⁷, a data e ano de entrada na instituição, e, por

⁵ Encontramos muitas cópias de ofícios que revelam a insatisfação do Diretor do Instituto Ferreira Viana, Silveira Lobo, quanto ao número baixo de inspetoras no estabelecimento.

⁶ Campo utilizado para registrar a filiação, nome completo dos pais, e falecidos. Por exemplo, filho de (nome do pai e nome da mãe - falecidos).

⁷ No campo “Prevacinado” nada foi preenchido, e por vezes, o campo “Cor” aparece em branco. Ver o trabalho de Hebe Maria da Costa Mattos Gomes da Costa, intitulado *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*, publicado em 1995.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

fim, no campo delimitado “observações”, pudemos verificar que os motivos de desligamentos e transferências estavam relacionados ao desenvolvimento físico do aluno, o não retorno das férias, o mau comportamento, a evasão, a idade regulamentar, porém, encontramos pedidos de desligamentos de alunos das próprias famílias.

O preenchimento do livro de matrículas dos alunos, visto como uma prática escolar regular nos faz pensar nos procedimentos e na forma organizacional do cotidiano desta escola. À guisa de ilustração, estas fontes documentais nos possibilitam perceber a diversidade de práticas de desligamentos e transferências como parte integrante “de um grande conjunto, difícil de delimitar” Os motivos encontrados nos livros de matrículas (1910-1911) são: 1) desligado a pedido da família; 2) atingida a idade máxima regulamentar; 3) entregue a sua família⁸; 4) desenvolvimento físico; 5) mau comportamento; 6) transferido para o Instituto Profissional João Alfredo; 7) mau procedimento, sendo entregue à sua família; 8) desligado por ter completado idade máxima, tendo tido bom comportamento durante o tempo em que esteve asilado; 9) desligado por não haver regressado após férias; 10) desligado por ser insubordinado e incorrigível; 11) desligado por evasão; 12) falecimento (gripe intestinal); 13) desligado a pedido de sua mãe; 14) retirado pela família; 15) desligado por “se haver” ausentado do estabelecimento por mais de 6 meses.

Diante dessas considerações, voltamos nosso olhar para outro documento que revela uma rede de relações e práticas entre o Instituto Ferreira Viana, a Escola Profissional Visconde de Mauá, o Diretor Geral de Instrução Pública e o Prefeito. Em um documento datado de 22 de junho de 1925, pudemos verificar os nomes de sete alunos do Instituto Ferreira Viana que aguardavam transferência para a Escola Profissional Visconde de Mauá, mas “dependiam de nova ordem do Sr. Dr. Prefeito” de acordo com o ofício nº 378 da Diretoria Geral. Entretanto, percebemos que dos sete alunos mencionados no ofício, quatro se encontravam em tratamento de moléstias de olhos

⁸ Confrontaremos, mais adiante, esta informação com um outro documento, uma cópia de ofício enviada, no dia 3 de Abril de 1926, ao Sr. Dr. Director Geral de Instrução Pública, Carneiro Leão. Ver o trabalho de André Luiz Paulilo intitulado Reforma educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal entre as décadas de 1920 e 1930, acerca da reforma de instrução pública no Distrito Federal realizada por Antônio Carneiro Leão entre 1922 e 1926, a reforma de Fernando Azevedo entre 1927 e 1930 e a de Anísio Teixeira entre 1931 e 1935. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/095.pdf>





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

em suas residências, dois alunos informaram a Diretoria que desistiram da transferência e um dos alunos “evadiu-se do estabelecimento não dando mais sinal de si”.

Essa fonte nos indica, porém, que nem todos os asilados que “dependiam de nova ordem do Sr. Dr. Prefeito” e que se achavam em condições de transferência, foram de fato, transferidos para a Escola Profissional Visconde de Mauá, pois alguns estavam em tratamento e outros desistiram da transferência. Entretanto, apesar da vigilância das inspetoras, mais um aluno conseguiu fugir do estabelecimento “não dando mais sinal de si”. Esse fato nos faz refletir sobre as representações que as crianças e as famílias tinham da escola e a complexidade de práticas no seu interior. Para além das práticas de desligamento e transferência no cotidiano escolar, seria interessante problematizarmos as práticas de fugas, a evasão e a desistências dos alunos. Temos observado indícios de que mesmo (a) sujeitados ao meio os asilados do Instituto Ferreira Viana conseguiam construir zonas de fuga, como forma de resistência às práticas escolares.

Vejamos a seguir a transcrição do ofício enviado para o Diretor Geral de Instrução Pública em 1926, o qual nos interessa confrontar com o livro de matrículas de alunos (1910-1911) citado anteriormente:

3 de abril de 1926

Sr. Dr. Director Geral de Instrucção Publica

Está internado neste instituto, Abril de 1924, o menor J.G. que por seus desatinos não deve desde aqui continuar, pois não atende a pessoa alguma e se é forçado a deixar de fazer alguma coisa, irrita-se e grita de tal maneira que alvoraça todo o estabelecimento. No ano p. passado fez parte de uma relação de menores anormaes, organizada pela Professora Cathedrática da Escola Anexa⁹, que vos enviei com o meu officio n. 74 de 27 de Junho de 1925: Expulso da escola desde o anno p. passado, - por não haver mais professora que o contivesse na aula – vive os dias inteiros, neste Instituto, a praticar toda a sorte de tropelias podendo até ser victima de uma dellas.

É uma creança anormal¹⁰, visivelmente apatetado, mas digno de Hospital de um internato.

⁹ As fontes históricas, nos dão indícios da existência de uma Escola Anexa ao Instituto Ferreira Viana. Percebemos, também, que o número de funcionários da Casa de São José modificou, drasticamente, em abril de 1916, nesse sentido, seria interessante investigar a transição da Casa de São José para Instituto Ferreira Viana, a criação das escolas mistas, as mudanças estruturais, a ampliação do prédio e a reorganização desta escola, frente às reformas educacionais, Decretos e Leis.

¹⁰ Ver FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Ver LOBO, Lilia Ferreira. A criança anormal no Brasil: uma história genealógica. In: RIZZINI, Irma (org.). *Crianças*





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Venho, por isso, pedir a vossa intervenção para que esse menor seja entregue a sua mãe – M. M. A. – ou então seja internado em um Hospital, onde, talvez, tenha ainda tratamento o seu desequilíbrio mental.

Saudações

O Director

Ao confrontarmos os motivos dos desligamentos e transferências do livro de registro de 1910-1911 da Casa de São José, com o pedido do diretor do Instituto Ferreira Viana nesta cópia de ofício, de 3 de abril de 1926, voltamos nossa atenção para as seguintes frases do Sr. Diretor: “(...) Venho, por isso, pedir a vossa intervenção para que esse menor seja entregue a sua mãe. Desse modo, questionamos se o motivo de desligamento e transferência da Casa de São José, que consta no livro de registro de 1910-1911” entregue a sua família “teria o mesmo significado que, entregue a sua mãe, presente na correspondência de 1926. Suspeitamos que não. Os significados e as categorias mudam historicamente, temos evidências de que muitas dessas crianças asiladas eram oriundas do Asilo de Mendicidade, muitas eram órfãs de pai, algumas eram órfãs de mãe, entretanto, existiam casos de crianças órfãs de pai e de mãe, que acabavam recebendo a guarda e cuidados de algum membro da família”.

Outra frase do diretor que nos inquietou bastante nesta correspondência remete ao fato do aluno J. G. ser mais “digno de Hospital de um internato.” Poderíamos suspeitar que as crianças indisciplinadas foram excluídas da instituição e internadas em hospitais no início do século XX, por serem consideradas crianças anormais, inúteis à si e à Pátria? Ainda não podemos afirmar isso, mas podemos concluir, diante desses fatos, que a “entrega de J. G. à sua mãe” confirma a dificuldade da instituição em lidar com a “criança anormal”, a diferença, a diversidade, a insubordinação, a indisciplina, o mau comportamento, o indivíduo incorrigível lançando à escola o enorme desafio exposto por Juliana David o de “(...) lidar com a multiplicidade presente no interior da escola republicana.” (DAVID, 2010, p.1).

desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000. Ver LOBO, Lilia Ferreira. *Os Infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. Ver MAGALHÃES, Basílio de. *Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência: contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclamam – a bem da infância de agora e das gerações porvindouras – os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais, da pátria brasileira.* Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Commercio de Rodrigues e C., 1913.

2257





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Afirmamos anteriormente, que mesmo (a)sujeitados ao meio os asilados construíram zonas de fugas, como forma de resistência. O esforço em problematizar os casos de evasão, as fugas, a indisciplina, a incorreção, a insubordinação, o mau comportamento e a anormalidade infantil, nos ajuda a pensar na desnaturalização de conceitos cristalizados de práticas escolares. Nessa direção, procuramos transcreever dois ofícios enviados para o Diretor Geral de Instrução Pública, que ratificam possíveis vestígios das zonas de fugas e resistência das crianças asiladas e das famílias.

11de Fevereiro 1925

Sr. Dr. Director Geral de Instrução Publica

Comunico-vos que no dia 4 do corrente, os menores N. C.¹¹ e L. C., illudindo a vigilancia das Sras. Inspectoras, depois de trocarem o fardamento, pela roupa de banho, galgaram o muro existente nos fundos deste estabelecimento e se evadiram.

Tendo esta Directoria mandado communicar a evasão as respectivas familias, assim como aos 15° e 16° Districtos Policiaes, no dia 6 o menor N. foi trazido para este Instituto, por uma sua tia; não tendo porém, até o presente, regressado o menor L. C.; isto apezar das pesquisas feitas pelo pessoal deste Instituto nas residencias dos parente e conhecidos do referido menor: elle não foi encontrado em parte alguma.

Trata-se de um asylado aqui matriculado a 21 de Julho de 1923 a requerimento de A. C. que se diz sua madrasta. Esse menor, foi por officio do Sr. Dr. Juiz da 1ª Vara de Orphãos requisitado para comparecer no Cartório do 2º Officio, no dia 16 de novembro de 1923: o que foi cumprido por esta Directoria.

Depois dessa data, esta administração não consentio mais que o menor sahisse do estabelecimento senão com a Sra A. C. responsavel pela sua admissão neste asylo, esperando que qualquer comunicação do Sr. Dr. Juiz de Orphãos esclarecesse a situação do referido menor, quanto a sua tutella. Por occasião das ultimas férias, no principio do corrente anno, aqui compareceu um rapaz alegando ser irmão do aluno L. C. e manifestando desejos de leval-o para passar as ferias em sua residencia; não tendo obttido consentimento desta administração, que lhe declarou que só entregaria o menor por ordem do Juiz o tal rapaz parece conformarse. Porem, segundo afirmam alguns alumnos que se acham aqui, companheiros de L. C., esse rapaz aconselhou o menor a evadir-se do estabelecimento, parecendo assim que elle não é extranho a fuga do referido menor.

Peço pois as vossa providencias junto as autoridades policiaes para que o mesmo menor seja capturado e entregue novamente a este Instituto e como parece que o mesmo menor tem um qualquer interesse pendente do Sr. Dr. Juiz da 1ª Vara

¹¹ Na relação de anormaes da Escola Anexa ao Instituto Ferreira Viana, citada neste trabalho, organizada e assinada pela Profa. Zelia Pereira Bonifacio, encontramos informações sobre essa criança. Ele era aluno do 2º ano, tinha idade 10 anos, foi admitido em agosto de 1923. Apresentava como anormalidade: Falso normal; Características: Irrasibilidade e revolta.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de Orfãos, penso que a sua evasão deve ser levada ao conhecimento do mesmo Sr. Dr. Juiz.

Saudações

O Director

Neste ofício de nº16 pudemos verificar a assinatura e o nome legível do diretor do Instituto Ferreira Viana. O diretor, Dr. Silveira Lobo, nos fez indagar, ainda mais, acerca das “zonas de fuga”, a evasão e a resistência dos alunos, mas também seria importante pensar no papel da polícia e do Juiz de Órfãos¹², no início do século XX, bem como, no uso da força e do poder da polícia e do Juiz para capturar, disciplinar e entregar o aluno de volta ao Instituto.

Destacamos que as famílias também contribuía para as práticas de evasão, fuga e resistência dos alunos, gerando zonas conflituosas envolvendo as próprias famílias, as crianças, o diretor da escola, o diretor de instrução pública, as inspetoras, os chefes de polícia e os Juizes de Órfãos. O documento nos mostra que o irmão de L. C. compareceu à escola, demonstrando o desejo de levá-lo para passar férias em sua residência, não obtendo consentimento da administração. Em contrapartida, a escola “declarou que só entregaria o menor por ordem do Juiz” e o irmão da criança pareceu se conformar com a situação. Contudo, vale lembrar que os próprios companheiros informaram que um “rapaz” havia aconselhado o “menor a evadir-se do estabelecimento”, revelando que algumas famílias ajudavam seus filhos a burlar a vigilância e o poder disciplinador do regime de internato. Para o diretor, o aluno foi induzido a fugir e teria sido muito mais fácil se o responsável tivesse enviado uma carta com o pedido de desligamento da instituição.

¹² Ver RIZZINI, Irma. Saberes psicológicos nas práticas jurídico-assistenciais dirigidas ao menor (1923-1941). *Mnemosine*, Vol. 3, No 1, 136-155. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. O artigo nos ajuda a compreender os saberes psicológicos nas práticas jurídicas e assistenciais dirigidas ao chamado “menor”, a partir das primeiras décadas do século XX no Brasil. A autora chama atenção para os instrumentos de avaliação médico-psicológica “aplicados a crianças e adolescentes recolhidos pela justiça especializada, instalada no país em 1924, com a criação do Juízo de Menores do Rio de Janeiro.”





Legitimação de diferentes campos do saber e classificação de crianças em categorias de anormalidade

Müller (2005) levantou dois questionamentos em seu trabalho, que foram bastante relevantes para nosso estudo. A autora desvela como a concepção de infância direcionou as práticas – médicas, jurídicas e pedagógicas – de atendimento à criança no Brasil e as estratégias disciplinadoras e normativas adotadas nas instituições de atendimento às crianças pobres. Desse modo, a complexa rede de instituições de controle e vigilância no Distrito Federal lançou as “creanças anormaes”, num turbilhão de estratégias e práticas disciplinares e normativas de exclusão e enclausuramento em instituições de tratamento e correção, apoiadas no discurso ideológico de defesa da sociedade contra a periculosidade dos anormais, o que para a autora resultou “(...) numa série que tende a circunscrever os anormais numa rede corretiva e assistencial *ad eternum*”.

Ao sensibilizarmos o olhar para a relação¹³ de menores anormais da escola anexa ao Instituto Ferreira Viana assinada pela Profa. Catedrática Zelia Pereira Bonifacio, talvez possamos fazer uma breve reflexão sobre as práticas de classificação de alunos em categorias de anormalidade e a legitimação de diferentes campos do saber no início do século XX. J. G. é um dos personagens do nosso estudo, ele aparece também na relação de menores anormais datada de 3 de junho de 1925. Este menino tinha sete anos de idade, foi admitido no Instituto em abril de 1924; considerado analfabeto, anormal, retardado, apresentava as seguintes características de anormalidade: indisciplina, revolta e apatia. Ele nos ensina que as práticas escolares de classificação de crianças, em categorias de anormalidade, legitimaram diversos campos do saber científico (médico, pedagógico e jurídico). J. G. foi o protagonista daquele caso que citamos anteriormente, em que o diretor Silveira Lobo pedia a intervenção do Sr. Dr. Diretor Geral de

¹³ Esta fonte documental revela os nomes de 26 “menores” considerados “anormais”, com idades compreendidas entre 7 e 11 anos, da escola primária anexa ao Instituto. É possível coletar os seguintes dados empíricos: o número dos alunos, o nome completo, a idade, o ano de admissão, o ano da classe (o adiantamento que o aluno se encontrava quando entrou na instituição), o ano de atual (o adiantamento atual do aluno), as anormalidades e as características dos alunos. a) Anormalidades das crianças: anormal, retardado, falso normal, miseria Phisica, rachitismo; b) Características da anormalidade: indisciplinado, falta de atenção, irrasibilidade e revolta, insubordinação, indisciplina, revolta, maldade, indocilidade, difficil comprehensão, myopia, pouco juízo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Instrução Pública para que uma criança fosse entregue a sua mãe ou internado em um hospital, onde, “talvez” o seu desequilíbrio mental tivesse tratamento.

Aos olhos da instituição que o acolheu, este aluno foi visto como “uma criança anormal, visivelmente apatetado”, merecia mais um hospital do que um internato. Perguntamos-nos se J.G teria sido desligado ou transferido apenas pela sua indisciplina e insubordinação, ou simplesmente, pelo fato de ainda não sabia ler e escrever. Partindo do pressuposto que ele pode ter sido entregue à sua mãe ou internado num hospital, para tratamento de sua insubordinação mental e indisciplina, tentamos buscar mais informações sobre a sua situação escolar. O que identificamos foi um silenciamento do seu nome nos documentos históricos, nos fazendo suspeitar que J. G. pode ter sido de fato, transferido, desligado ou expulso da instituição que o acolheu.

Diante desses fatos, levantamos a hipótese de que as crianças classificadas como anormais, indisciplinadas, indóceis, revoltadas, insubordinadas, analfabetas e que não conseguiam aprender a ler e escrever, podem ter sido internadas em hospitais ou confundidas com loucos, alienados e degenerados, no início do século XX. Porém, acreditamos que os registros documentais, nos indicam a necessidade de um arcabouço teórico e uma análise empírica muito mais sistemática destes relatos escritos.

Não adentramos na discussão em torno dos significados da criança dita “anormal” e das categorias polissêmicas históricas encontradas nas fontes documentais, mas seria interessante que os historiadores pudessem dar continuidade aos estudos das práticas escolares de classificação de alunos, com ênfase na polissemia de categorias e características de anormalidade, que foram sendo socialmente e historicamente construídas e inventadas no cotidiano das relações sociais.

Vale destacar que a análise empírica revela características da “anormalidade” desse aluno que nos causa estranhamento. J. G. aparece na relação de anormais como um aluno analfabeto, considerado *anormal e retardado*, demonstrava indisciplina, revolta e apatia. Para Silveira Lobo, diretor do Instituto, J.G. não poderia mais permanecer na escola por conta de seus desatinos e “por não haver mais professora que o contivesse na aula”. Ainda assim, o menino não atendia a ninguém e se era “forçado a deixar de fazer alguma coisa”, irritava-se e gritava “de tal maneira

2261





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que alvoraça todo o estabelecimento”. Percebemos que o seu péssimo comportamento, a dificuldade de aprendizagem e educabilidade, também serviram como um fio condutor para as práticas de classificação, segregação e exclusão no interior da escola. Desse modo, entendemos que as práticas de classificação de crianças, serviam para detectar a periculosidade vista como uma anomalia ou um sintoma de doença, as quais podem ter provocado o aparecimento de práticas difusas corretivas e de prevenção do “perigo pela detecção antecipada de fatos possíveis de ocorrer” (MÜLLER, 2005, p.4), visando a garantia da ordem moral e social e a legitimação dos saberes.

Segundo os estudos de Juliana Vital Abreu David (PROPEd/UERJ) em relação às fichas¹⁴ de observação comportamental do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, das escolas experimentais do Distrito Federal de 1934-1939, o serviço (SOHM), chefiado pelo médico Arthur Ramos¹⁵, era uma estratégia preventiva que possibilitava conhecer o aluno, detalhadamente, para o sucesso do processo educativo e os esforços na caracterização, classificação e enquadramento dos mesmos. Tomando como referencial teórico o autor Jorge de Ó¹⁶, David (2010) discute a linguagem que os médicos criaram para individualizar, categorizar, classificar e segregar as crianças, de acordo com suas aptidões, capacidades e condutas, sendo que as diferenças seriam homogêneas por meio da disciplina e normalização. A autora nos convida a concentrar esforços na heterogeneidade e multiplicidade da população escolar, o “indivíduo a ser corrigido” e a figura do “anormal”.

Podemos pensar que os “anormais¹⁷” foram colocados em evidência pelo baixo aproveitamento dos métodos comuns de instrução e educação em curso nas escolas. Encontramos

¹⁴ David analisa as fichas da Escola Bárbara Ottoni, Escola Manoel Bonfim e Escola Argentina e os relatos de Arthur Ramos. Para a autora, o caráter preventivo do serviço (SOHM) se tornou imprescindível para que os alunos não viessem a apresentar problemas escolares futuros.

¹⁵ Arthur Ramos foi nomeado por Anísio Teixeira como chefe da seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental, do Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, no Distrito Federal. Em 1934, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi inaugurado, o primeiro Serviço de Higiene Mental (SOHM) aplicada nas Escolas Experimentais do país. Indicado por Afrânio Peixoto, torna-se também, na época, professor de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal. Ver: GASPARG, Lúcia. **Arthur Ramos. Pesquisa Escolar On-Line**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

¹⁶ Ó, Jorge Ramos do. A criança transformada em aluno: A emergência da psicopedagogia moderna e os cenários de subjetivação dos escolares a partir do último quartel do século XIX. In: SOMMER, L.H.; BUJES, M.I. *Educação e cultura contemporânea*. Canoas: Editora da ULBRA, 2006.

¹⁷ Para Eric Plaisance (2005), por trás do discurso sobre o “bem” da criança, existiam argumentos para a defesa da ordem social e uma tentativa de convencimento da necessidade de intervenção dos profissionais. O autor cita Vial





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

visível dificuldade de interpretação do conceito de anormal e as categorias apresentadas; por este motivo, tentar responder o que representou nesse período, a figura do anormal, do retardado, do falso normal seria prematuro neste estudo. A compreensão de um conceito não ocorre de forma passiva e muitas vezes parece que estamos revolvendo e rompendo conceitos e a polissemia de categorias “a golpes de martelo”: De fato, a interpretação não aclara uma matéria que com o fim de ser interpretada se oferece passivamente; ela necessita apoderar-se, e violentamente, de uma interpretação que está já ali, que deve trucidar, revolver e romper a golpes de martelo “. (FOUCAULT, 1975 apud SILVA, 2007, p.2)”.

Nesse movimento, seria importante chamar à atenção para as práticas de detecção e classificação da figura do anormal, e, como elas contribuíram para os debates acerca da infância e a legitimação dos saberes médicos, jurídicos e pedagógicos, referendados por discursos ideológicos do bem, da regeneração e recuperação de crianças pobres. A reforma moral das atitudes e do comportamento, justificavam a necessidade de encarceramento e enclausuramento de crianças anormais em hospícios¹⁸. As crianças anormais foram submetidas a um “turbilhão” de estratégias e práticas¹⁹ disciplinares e normativas que podem ter estimulado práticas de revolta e a insubordinação dos asilados e das famílias, contribuindo para a evasão de alunos, para as fugas, as burlas e a resistência às práticas pedagógicas.

São esparsas e raras as fontes documentais que revelam as práticas de classificação de crianças em categorias de anormalidade nesta instituição. Observamos que a questão da indisciplina e a insubordinação estavam, fortemente, presentes nas descrições das anormalidades no documento. Ainda não podemos afirmar, se as “creanças anormaes”, classificadas como

para demonstrar que “as crianças anormais são vistas mais como anormais que como crianças. O futuro delas, de adolescentes primeiro, depois de adultos, é mais preocupante que a infância. O discurso científico não faz distinção de idade” (VIAL, 1998, p.347). Ver PLAISANCE, Eric. Denominações da Infância: do anormal ao deficiente. In: *Educ. Soc. Campinas*, vol.26, n.91, p.405-417, Maio/Ago, 2005.

¹⁸ Jucinato de Sequeira Marques nos alerta para o cuidado com as generalizações, visto que o desligamento de uma criança anormal da instituição, não significa que ela tenha necessariamente sido internada nos Hospícios ou Colônias do Distrito Federal. Os meninos desligados da instituição, por fazerem parte do quadro de anormalidades, podem ter tido outros rumos, a oportunidade do convívio com um membro da família, o aprendizado de um ofício, e ainda encontrado um pequeno trabalho nas ruas ou residências no Distrito Federal. Ver MARQUES, Jucinato de Sequeira. *Os desvalidos: o caso do Instituto Profissional Masculino (1894-1910) – uma contribuição à história das instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado, 1996.

¹⁹ Lembrando que não pretendemos ser anacrônicos ou julgar as práticas escolares do cotidiano desta instituição.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

insubordinadas e incorrigíveis²⁰, foram mandadas para instituições corretivas. Seria interessante, tentar reconstituir os destinos dessas crianças, diante da empreitada de Leis e Decretos, reformas e da multiplicidade de práticas disciplinadoras, no Distrito Federal, no início do século XX. Acreditamos que muitas crianças pobres - órfãs de pai, de mãe ou de pai e mãe -, foram desligadas da escola por apresentarem condutas, que não eram aceitáveis. Nos chama à atenção, o fato dos ditos “anormais”, serem os repetentes, os analfabetos, os atrasados e de adiantamento fraco, revelando relações intrínsecas das práticas escolares de classificação com a questão do comportamento, da disciplina, da moral, da periculosidade, da educabilidade e da aprendizagem escolar.

Considerações finais

Nossa intenção nesse estudo foi tentar contribuir para o debate acerca das práticas escolares no início do século XX. Até o presente momento não encontramos nenhum vestígio deixado nas fontes documentais deste acervo escolar, que possa dar visibilidade aos destinos dos alunos, nem das crianças classificadas como anormais, tampouco o paradeiro do aluno L. C., que, depois de galgar o muro do estabelecimento nunca mais retornou. Até o momento, foram encontradas apenas duas fontes documentais no acervo escolar do Instituto Ferreira Viana que descortinam classificações de alunos em categorias de anormalidade nos anos de 1924 e 1925. Neste trabalho apresentamos apenas uma dessas fontes, entretanto, seria muito interessante que outros pesquisadores pudessem dar continuidade aos estudos das categorias históricas de anormalidade infantil e as práticas de classificações de alunos nos meios escolares. Estes estudos poderiam trazer importantes contribuições para os avanços nos estudos da História da Educação e da Educação Especial no Brasil.

Pudemos perceber que a relação de menores classificados como anormais não foi organizada pelas inspetoras, como havíamos suspeitado no início da pesquisa. Esta relação de

²⁰ Utilizamos esses termos, porque encontramos nos documentos dados empíricos que revelam que os insubordinados e os incorrigíveis compunham o conjunto polissêmico de categorias históricas de anormalidade. O conceito de analfabeto aparece na relação de menores anormais de 1925.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

alunos considerados “anormais” foi organizada pela Professora Zelia Pereira Bonifacio, então diretora da escola primária anexa ao Instituto Ferreira Viana, de acordo com a classificação estabelecida pelo médico José Paranhos Fontenelle, em seu compêndio de Higiene escolar. Todavia, ainda precisamos verificar se esta professora foi auxiliada por outros professores ou funcionários do estabelecimento. Pretendemos investigar nos próximos trabalhos a atuação do médico higienista José Paranhos Fontenelle na Capital Federal e sua produção acerca da criança anormal, bem como o processo de formação desta professora que se tornou catedrática.

Ainda nos inquieta compreender se todos os procedimentos escolares dos professores, inspetores, diretores e funcionários, que afetam de forma direta e indireta a população escolar infantil, a rigor, podem ser considerados exemplos legítimos de práticas escolares. Seria preciso um estudo mais sistemático, ou um método específico para delimitar o que seria prática e a frequência (ausência e recorrência) deste fenômeno? As práticas escolares não seriam apenas invenções do cotidiano? Pensando sobre um outro viés, será que podemos comprovar nas fontes o que não pode ser considerado uma prática escolar? As práticas escolares surgem somente para dar conta das questões educacionais e organização dos tempos e espaços escolares? Se partirmos do pressuposto que tudo o que acontece nos intra-muros escolares são práticas escolares, então, como podemos definir esse conceito? Parece que uma das leituras possíveis das práticas escolares é observar a forma de organização e as ações empreendidas por “todos os sujeitos envolvidos naquilo que é mais comumente conhecido como cultura escolar”. (ABREU JR., 2005, p.148)

Nosso intuito foi apenas tentar trazer à baila algumas práticas do cotidiano desta instituição. Discutimos a utilização de dispositivos de poder para disciplinar e os potenciais de vigilância, os desligamentos e as transferências, a evasão e as fugas de alunos, as práticas escolares que contribuem para a legitimação de diferentes campos de saber e as classificações de crianças em categorias de anormalidade. Sobretudo, tivemos o desejo de compreender se as ações empreendidas pelos alunos, no interior da escola, que provocaram mudanças no cotidiano escolar, poderiam ser consideradas práticas escolares.

Buscando desnaturalizar o conceito de prática escolar, fazendo uma leitura a *contrapelo* dos casos de fuga, evasão e resistência; os desligamentos e transferências de alunos; e classificações de alunos em categoria de anormalidade, é que percebemos um grande conjunto de práticas na





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

escola “difícil de delimitar”, pois se as práticas escolares integram uma cultura escolar²¹, e se os alunos estão inseridos nesta cultura, onde poderíamos localizar as práticas dos alunos? Fora da cultura escolar?

Esses questionamentos trouxeram um olhar sensibilizado para as práticas escolares, desse modo, nos arriscamos a tentar localizar alguns vestígios das táticas ou estratégias inventadas pelos alunos e suas famílias, em detrimento das práticas dos professores, inspetores, diretores e funcionários da escola. As práticas escolares foram vistas como práticas humanas que vão sendo modificadas, construídas e inventadas pelos sujeitos historicamente, nas relações sociais, de acordo com os desejos, as dificuldades e os desafios impostos em seus tempos presentes. Pudemos concluir que, mesmo submetidos à pluralidade de práticas escolares, alguns, alunos do Instituto Ferreira Viana, encontraram formas inventivas para burlar a imposição da cultura escolar, e, a rede de práticas de constrangimento e sujeição ali vivenciadas.

Referências

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. In: **Proposições**. São Paulo: Editora da Unicamp, v.16, n°1 (46), jan-abr., 2005, pp.145-164.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1994.

DAVID, J.V.A. Subjetivação e Normalização dos Escolares: Um estudo a partir das fichas de observação comportamental (1934-1939). In: **Encontro de História da Educação**, 2, Rio de Janeiro, 2010.

MÜLLER, T.M.P. Os Conceitos de Criança e de Anormal e as Práticas Decorrentes de Atendimento Institucional no Brasil: uma análise genealógica. In: **Childhood & Philosophy**, v.1, n.2, jul./dez. 2005.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. REVEL, Jacques. In: **Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise**. Fundação. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

RIZZINI, Irma (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000

SILVA, J.C.S. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. In: Rago, Margareth & Martins, Adilton Luís (org). **Revistas Aulas, Dossiê Foucault**, n.3, dez/2006 – Mar/2007.

²¹ Diana Gonçalves Vidal, chama a atenção para a “cultura material como elemento constitutivo das práticas escolares” (2009, p.8). Para a autora, a cultura material nos permite conhecer as estratégias e as táticas, segundo Michel de Certeau (1994), inventadas no cotidiano: as estratégias “de conformação da corporeidade dos sujeitos imposta pelos mecanismos do poder” e os vestígios das táticas de subversão dos alunos. Ver VIDAL, Diana Gonçalves. No Interior da Sala de Aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4ª edição. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1998.

Fontes Documentais

Livro de matrículas de alunos de 18.8.1910 a 26.05.1911. (p.380- p.261)

Cópia de Ofício nº 16, de 11 de fevereiro de 1925, do Diretor do Instituto Ferreira Viana para o Dr. Diretor Geral de Instrução Pública. (2 páginas)

Cópia de Ofício nº 24, de 3 de março de 1925, do Diretor do Instituto Ferreira Viana para o Dr. Diretor Geral de Instrução Pública. (2 páginas)

Cópia de Ofício (sem nº), de 22 de junho de 1925, referente ao Ofício nº378 emitida pela administração do Instituto Ferreira Viana.

Cópia do Ofício (sem nº), de 3 de abril de 1926, do Diretor do Instituto Ferreira Viana para o Dr. Diretor Geral de Instrução Pública.

Foto da fachada do prédio do “Instituto Ferreira Vianna” (s/d). Fonte: Centro de Memória Ferreira Viana.

Rascunho com o título “Esboço Ferreira Viana”. Centro de Memória Ferreira Viana. (documento manuscrito, sem data e sem assinatura, 2 páginas).

Relação de menores anormais da escola anexa ao Instituto Ferreira Viana da 1ª Escola Masculina do 6º Distrito Escolar, de 3 de junho de 1925. Acompanha o Ofício nº 9. Centro de Memória Ferreira Viana.

